

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estado propõe desconto de até 70% em dívida fiscal ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
SEGURIDADE SOCIAL

O duvidoso pente-fino na Previdência (Editorial) ..... 4

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil não escapará de nova reforma da Previdência (Editorial) ..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Pauta econômica em xeque ..... 6

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente do INSS diz que atuará em quatro frentes para combater fraudes em benefícios  
..... 8

PORTAL UOL - ACHADOS DA BOLSA  
SEGURIDADE SOCIAL

O que são juros sobre capital próprio e por que governo quer taxá-los ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Uma transição de 50 anos não é razoável" ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não tem chance a tese de regionalizar a governança do Conselho Federativo" ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas vão à Justiça para acelerar liberação de créditos de ICMS ..... 14

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Privatizações são capazes de criar a década dos estados ..... 16

PORTAL UOL - CARROS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: por que ficará mais caro manter ou consertar seu carro ..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Batalha no Congresso ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Lula resgata a soberania e reposiciona o Brasil na geopolítica mundial (Artigo) ..... 20

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Mitos da Reforma Administrativa (Artigo) ..... 22

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado prevê alta de 2,64% no PIB.....	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado aumenta projeção para PIB.....	24
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
México passa China em exportações aos EUA.....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Crise alemã piora projeção de crescimento da zona do euro.....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
Globalização dará lugar a blocos de países antes "inimagináveis".....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
China e Japão forçam correção no câmbio e dólar cai a R\$4,93.....	31

# Estado propõe desconto de até 70% em dívida fiscal

O governo de São Paulo vai criar estímulos para que as empresas que estão em disputa (litígio) com o Fisco paulista façam a regularização dos débitos com descontos das multas aplicadas pelo Estado.

Batizado de "Resolve Já", o programa amplia o valor dos descontos oferecidos para o pagamento à vista e parcelado.

Também permite o pagamento com créditos acumulados (próprio e de terceiros) do ICMS que as empresas têm a receber da Fazenda estadual.

A tabela de descontos para a renúncia do litígio pode chegar a 70% das multas na fase pré-contencioso. Se o contribuinte já entrou com recurso, que está em andamento, o desconto máximo é de 55%.

Para aderir ao programa, o contribuinte precisa renunciar ao contencioso no Tribunal de **Impostos e Taxas (TIT)**, o equivalente em São Paulo ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** do governo federal, e na Justiça.

O projeto com as regras do programa tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

A expectativa da equipe do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é de que seja aprovado ainda ao longo desta semana no Legislativo estadual.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# O duvidoso pente-fino na Previdência (Editorial)

O secretário executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, reconheceu que o governo não conseguirá zerar o déficit fiscal no ano que vem se apostar suas fichas apenas no aumento das receitas. Em entrevista ao Estadão, Guimarães, que é o número dois na pasta liderada pela ministra Simone Tebet, disse que o governo necessariamente terá de rever gastos para cumprir a meta.

Vindo de um governo petista, partido que demonstra aversão a corte de despesas, a admissão dessa necessidade pelo secretário executivo certamente é algo a ser celebrado. Ele expressa, ademais, aquilo que muitos especialistas em contas públicas já têm alertado há algum tempo, desde a apresentação do arcabouço fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Mas, no debate sobre corte de gastos, o diabo mora nos detalhes. O foco inicial da estratégia da revisão de despesas, segundo Guimarães, será o combate a fraudes, com destaque para os benefícios pagos pela **Previdência Social**.

"Vamos começar a atuar naquilo que tem um impacto maior e indícios de fraude", afirmou. Embora não tenha citado números, Simone Tebet já havia estimado as irregularidades em algo entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões.

Ora, em primeiro lugar, cancelar benefícios irregulares é mera medida administrativa para reverter aquilo que jamais deveria ter sido concedido. Não pode, portanto, ser classificado como corte de despesas. Em segundo lugar, não é improvável que haja benefícios irregulares e passíveis de cancelamento.

No entanto, as estimativas apresentadas pelo governo sobre o resultado desses pentes-finos costumam revelar-se bem mais otimistas do que a realidade costuma autorizar.

É o que tem ocorrido no processo de revisão dos pagamentos concedidos por meio do antigo Auxílio Brasil, hoje Bolsa Família. Entre os milhões de famílias excluídas e contempladas com os benefícios, o valor reservado para o programa no Orçamento em 2024 foi praticamente o mesmo que o deste ano, cerca de R\$ 168 bilhões - a despeito dos indícios de que a base teria sido inflada durante a campanha eleitoral do ex-

presidente Jair Bolsonaro.

No caso dos benefícios previdenciários, a previsão de gastos para o ano que vem é de R\$ 914 bilhões, o equivalente a 8% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Por óbvio, reavaliar processos internos para tornar o processo de concessão desses pagamentos mais rígido é uma medida que deveria ter caráter permanente, mesmo porque eles representam uma das principais rubricas do Orçamento.

No entanto, há uma série de obstáculos para implementar essa política. Às dificuldades operacionais que o governo já teria para fazer a revisão em um contexto de filas, soma-se o fato de que vários dos benefícios cessados, mais tarde, acabam por ser restabelecidos pela Justiça - o que explica o tamanho da conta dos precatórios, outro problema fiscal a ser enfrentado pela União.

Não se trata de desqualificar o esforço do governo para fechar torneiras por onde o dinheiro se esvai, mas de ser mais realista quanto ao resultado dessas propostas. Na maioria dos casos, somente reformas estruturais seriam capazes de trazer resultados relevantes no médio e longo prazos. O Executivo precisa reconhecer esse fato, dar o exemplo e propor medidas que vão além de pentes-finos e de planos de recuperação de receitas, bem como ser mais contido a respeito do potencial de arrecadação de cada uma dessas ações.

O Legislativo também precisa fazer sua parte. Além de aprovar medidas que acabem com privilégios tributários indevidos a alguns segmentos, os parlamentares precisam dar um freio a propostas que representem novas renúncias para a União. Na situação em que o País se encontra, por exemplo, não há qualquer espaço nem justificativa para aprovar a desoneração da folha de pagamento dos municípios.

A definição da meta é uma decisão de governo, mas atingi-la depende de um esforço coletivo. Por mais irreal que ela seja, mantê-la inalterada, neste momento, não é capricho, mas algo essencial no longo caminho rumo à recuperação da credibilidade do País.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil não escapará de nova reforma da Previdência (Editorial)

Os resultados da Previdência nos últimos dois anos têm alimentado em setores da esquerda o discurso de que as regras adotadas na reforma de 2019 foram rígidas demais e de que será possível ampliar os gastos previdenciários no futuro. Nada mais distante da realidade. Apesar de as despesas estarem crescendo em ritmo menor, é certo que no futuro o país não escapará de nova reforma para contê-las.

O primeiro, e mais óbvio, motivo é demográfico. Entre 1980 e 2022 os benefícios previdenciários subiram 3,9% ao ano, enquanto a população cresceu apenas 1,3%, revela pesquisa publicada no Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV. Havia um benefício previdenciário para 15,3 brasileiros no início do período. No final, um para 5,4.

É verdade que a despesa do governo com a previdência do setor privado - o Regime Geral de **Previdência Social** - caiu de 8,7% do **PIB** em 2020 para 8% nos dois anos seguintes. Mas os resultados são circunstanciais e não deverão se repetir nos próximos anos, afirmam os economistas Marcos Mendes, Rogério Costanzi e Otávio Sidone em artigo na revista Conjuntura Econômica.

A queda foi impulsionada não pela redução do gasto previdenciário, mas pelo aumento do denominador na conta: o **PIB** cresceu 5% em 2021 e 2,9% em 2022. Como as despesas são medidas como proporção do tamanho da economia, quando o **PIB** cresce, empurra o percentual para baixo. Infelizmente, o Brasil não deverá continuar a crescer no mesmo ritmo.

Para complicar o cenário futuro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu mudar a política de correção do salário mínimo. Além da **inflação**, o valor será aumentado pela variação real do **PIB** nos anos anteriores, segundo lei aprovada pelo Congresso.

A mudança provocará uma alta substancial na despesa previdenciária e no benefício para idosos e pessoas com deficiência - o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - da ordem de R\$ 49,2 bilhões em 2027.

Decisões judiciais também contribuirão para piorar a conta. Quem entrou no sistema antes de 1999 pode usar suas contribuições anteriores a 1994 no cálculo

da aposentadoria se for mais vantajoso (foi o que decidiu o Supremo no caso conhecido como "revisão da vida toda"). As estimativas do impacto variam, mas são todas bilionárias - algumas falam em R\$ 480 bilhões somando o efeito retroativo e os próximos 15 anos. No Legislativo, não param de ser aprovadas medidas contrárias ao espírito da reforma. Aposentadorias especiais para categorias como forças de segurança ou agentes de saúde têm recebido apoio sem preocupação com as consequências.

Os ganhos com as mudanças de 2019 vêm sendo paulatinamente corroídos.

Por isso não haverá surpresa se os gastos da Previdência chegarem a 8,6% do **PIB** em 2032, como estimam os três economistas. Levando em conta que apenas um terço dos municípios já realizou a reforma exigida, o total de gastos previdenciários no Brasil - incluindo regimes para funcionários públicos - poderia chegar facilmente perto dos países que mais gastam com Previdência segundo a OCDE (em torno de 15% do **PIB**, ante média de 7,7%).

Não haverá, portanto, como escapar de nova reforma da Previdência, para tocar em temas evitados pela última, como mecanismos automáticos de correção com base na demografia, revisão da previdência rural ou o tratamento especial a vários segmentos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Pauta econômica em xeque

**LAURIBERTO POMPEU**

Mesmo após abrir espaço para os partidos PP e Republicanos em ministérios, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deve encontrar vida fácil na Câmara para impor sua agenda na área econômica.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), tem deixado claro que quem dita o ritmo no Legislativo é ele e, apesar dos acenos de lado a lado, não vai aceitar pressão do Palácio do Planalto para abandonar projetos que incomodem o governo.

Apesar de já ter aprovado o novo marco fiscal e a **Reforma Tributária**, o governo ainda depende de algumas medidas para aumentar a arrecadação e entregar o prometido déficit zero em 2024, como a taxação de fundos offshore e exclusivos.

Na lista de temas espinhosos no Congresso, estão ainda a reforma administrativa e até os dois vetos dados por Lula no arcabouço fiscal.

No caso da reforma administrativa, a proposta voltou a ganhar atenção na Câmara por iniciativa de Lira e de líderes do Centrão, apesar de sofrer fortes resistências da equipe do Ministério da Fazenda, que não vê com bons olhos a discussão neste momento.

O ministro Fernando Haddad chegou a mencionar que o Executivo apoia projetos que limitem supersalários e mudanças em algumas regras do concurso público, mas descartou apoiar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) ampla para reformar o funcionalismo público.

Além disso, o projeto é de iniciativa do Executivo, sob comando de Jair Bolsonaro. Ou seja, tem as digitais do ex-presidente e do ex-ministro da Economia Paulo Guedes.

O governo também tem tentado, sem sucesso, barrar o avanço de uma PEC que dificulta o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras no exterior, outra pauta cara a parlamentares de partidos que agora fazem parte do governo.

**BNDES SERÁ TESTE** Além disso, há uma queda de braço de Haddad com líderes da Câmara envolvendo a proposta de taxar fundos offshore, que são contas no exterior, geralmente em paraísos fiscais, e o estabelecimento do chamado "come-cotas" para os

fundos exclusivos. Esses fundos só são tributados quando há resgate, mas o governo quer que isso aconteça duas vezes por ano, como os demais fundos tradicionais.

Na conta das dificuldades que o governo deve enfrentar com os aliados está ainda o plano, já anunciado por Lira, de derrubar os vetos de Lula feitos no projeto do arcabouço fiscal, regra que substituiu o teto de gastos para tentar equilibrar as contas públicas.

Um dos primeiros testes do governo após a definição de André Fufuca, do PP, no Ministério dos Esportes, e Silvio Costa Filho, do Republicanos, no Ministério dos Portos e Aeroportos, será a análise da PEC do BNDES na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Nas últimas semanas, a base do governo travou uma queda de braço com o Centrão e a oposição para tentar retirar a proposta de pauta, mas não teve sucesso.

A previsão é que a votação aconteça nesta semana.

O projeto é de autoria do deputado Mendonça Filho (União- PE) e foi apresentado como uma resposta à declaração dada por Lula de que o banco financiará obras na Argentina.

O relator da PEC é o deputado Arthur Maia (União-BA), aliado próximo de Lira. Na avaliação de deputados da base aliada, apesar de hoje haver apoio na CCJ para que a proposta seja aprovada, há dúvidas se parlamentares do PP e do Republicanos vão se manter contrários ao governo após o anúncio dos novos ministros.

Já em relação ao veto que Lula fez no arcabouço fiscal, há um acordo mais encaminhado por parte dos líderes da Câmara. Em evento que participou em São Paulo há duas semanas, o presidente da Casa disse que é "prerrogativa do Congresso analisar o veto e derrubá-lo, se necessário" e que "há chance desse veto ser derrubado pelo Congresso".

Um dos trechos vetados proibia que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) excluísse despesas primárias da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da **seguridade social**, algo que o governo pode fazer para melhorar resultados fiscais. Outro permitia a redução de investimentos em caso de limitação de recursos.

CONTRA ALTA DE **IMPOSTOS** No mesmo evento em que falou sobre o veto, o presidente da Câmara disse que não tem compromisso com as medidas de offshore e fundos exclusivos. Lira avaliou que a ideia se trata de um debate "de ricos contra pobres" e disse que o Congresso é contrário ao aumento de **impostos**.

Do outro lado, governistas afirmam que é importante fazer avançar a taxaçoão dos fundos. As medidas também contam com o apoio de uma parte das legendas do centro que tem ministérios no governo, como MDB e PSD. O líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), pediu a Lira que Pedro Paulo (PSD-RJ) seja o relator do projeto, algo que ainda não está definido.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), chegou a cobrar Lira diretamente nas redes sociais para dar prioridade ao projeto de offshore e dos fundos exclusivos.

Ao mesmo tempo, a petista criticou a discussão sobre a reforma administrativa.

"A Câmara, Arthur Lira, não pode votar contra o projeto que ganhou nas urnas. Agora não é hora de reforma administrativa e sim de taxar os super- ricos", reclamou.

Mesmo com o cenário de adversidades, o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), avalia que há acordo para aprovar o texto: - Acho que vai ter acordo, deve votar dois temas em um projeto só, offshore e fundos especiais.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Presidente do INSS diz que atuará em quatro frentes para combater fraudes em benefícios

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, disse que pretende atuar em quatro frentes para reduzir as fraudes e melhorar a eficiência na concessão de benefícios. Entre elas, ajustes na legislação para permitir acesso a dados sigilosos, como a declaração do Imposto de Renda para requerentes do Benefícios de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes da baixa renda; maior rapidez na realização de perícias médicas, com a aceitação de atestados de médicos do SUS; maior integração entre os bancos de dados da União, dos estados e municípios; e investimentos na segurança de rede de sistemas para evitar crimes cibernéticos.

Segundo o presidente do **INSS**, as fraudes hoje em dia são eletrônicas, cibernéticas e não se dão mais em cima de processos manuais, como no passado.

Stefanutto destaca ainda que as operações pente-fino precisam ser criteriosas, com alvo definido e não mais genéricas porque podem trazer transtornos à população e resultados poucos efetivos.

- Temos que aprender com nossos erros. Fazer um amplo chamamento não resolve o problema das fraudes, pega só meia dúzia e ainda assim, os casos podem ser revertidos na Justiça - disse Stefanutto ao GLOBO.

Ele afirmou que as medidas estão sendo estudadas pelo grupo de trabalho, criado por decreto em agosto para apontar medidas de combate a fraudes e melhoria na gestão na concessão de benefícios que contribua para a redução da fila no **INSS** e traga economia.

Ao participar de audiência no Congresso Nacional no mês passado, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, citou uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre um gasto de R\$ 1 trilhão com benefícios previdenciários e assistenciais. A conclusão foi que que 10% dessa despesa se referem a concessões com suspeitas de irregularidade.

Se o governo revisar entre 1% e 2% poderá economizar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões - verba que poderia ser utilizada para recompor o Orçamento da União em 2024, disse a ministra.

De acordo com a proposta orçamentária encaminhada

ao Congresso, os benefícios pagos pela Previdência vão consumir R\$ 913,94 bilhões no próximo ano.

O ex-presidente Jair Bolsonaro iniciou o governo com a adoção de medidas de combate às fraudes no **INSS**. O objetivo era economizar R\$ 10 bilhões por ano, mas a meta não foi batida e no meio do mandato o combate às fraudes deixou de ser foco da gestão com a suspensão das operações em parceria com a Polícia Federal, depois da descoberta do envolvimento de servidores.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/12/pr- esidente-do-inss-diz-que-atuara-em-quatro-frentes-para-combater-fraudes-em-beneficios.ghtml>

# O que são juros sobre capital próprio e por que governo quer taxá-los

**Gabriela Bulhões** Colaboração para o UOL, em São Paulo 12/09/2023 04h00

Um projeto do governo prevê acabar com a isenção de imposto sobre os juros sobre capital próprio (JCP) por empresas a partir de janeiro de 2024. A iniciativa faz parte de uma série de medidas para aumentar a arrecadação federal, com previsão de mais de R\$ 10 bilhões.

O fim do regime de isenção de **impostos** já foi proposto pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes, na gestão de Jair Bolsonaro. Entenda os principais pontos de mudança.

Os juros sobre capital próprio são uma forma de distribuir os lucros de uma empresa de capital aberto. A companhia, listada na Bolsa de Valores, remunera seus acionistas com esse pagamento. É como se o dinheiro aplicado pelos investidores fosse um empréstimo, remunerados por meio dos JCP, segundo Luiz Roberto Peroba, sócio de tributário do Pinheiro Neto Advogados.

O benefício para a empresa está em não precisar declarar imposto sobre o valor distribuído. Os valores que são pagos aos acionistas podem ser deduzidos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A alíquota da CSLL é de 9%, e a do IRPJ, de até 27,5%.

Marcos Canassa Stábile, sócio diretor da área de direito tributário do TSR Advogados Associados

Dividendos e juros sobre capital próprio são parecidos, mas têm peculiaridades. Dividendos são obrigatórios. Se a empresa tiver lucro, ela é obrigada a distribuir parte desse valor na forma de dividendos, e não há valor mínimo ou máximo. Já os JCP são opcionais.

Há diferença no pagamento de **impostos** para a empresa. Ao distribuir parte dos seus lucros via JCP, a empresa se livra da tributação sobre esse valor, diz Larissa Quaresma, analista da Empiricus Research.

A tributação também é diferente para o investidor. Os dividendos são isentos de IR, por já terem sido tributados. Já repartição dos juros tem incidência de alíquota de 15% sobre o valor recebido, com a retenção na fonte do Imposto de Renda.

Os JCP também oferecem uma maior taxa de retorno aos acionistas. Não há restrições no momento da distribuição, o que dá mais flexibilidade para a empresa decidir qual é a melhor hora para pagar. Dependendo do tempo definido, os JCP podem gerar uma renda contínua aos investidores, diz Marcos Canassa Stábile, sócio-diretor da área de direito tributário do TSR Advogados Associados.

O objetivo é acabar com o benefício tributário e fazer com que as empresas paguem IR sobre os lucros. Isso aumentaria a arrecadação via **impostos**, equilibrando os cofres públicos.

Sistema é ineficiente, diz ministro. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou que o regime de tributação sobre os JCP é ineficiente e abre brecha para as empresas transformarem lucros em JCP, não tributando o valor.

Esse valor entra como despesa financeira, e não lucro. São usados pelas empresas dentro do planejamento tributário, para otimizar as receitas.

Surgiram para aumentar os investimentos em um negócio. Investidores seriam mais inclinados a investir em uma empresa que paga JCP. Mas, na visão do governo, não há evidências de que o benefício realmente contribua para isso, diz Canassa.

O Projeto de Lei (PL) foi apresentado na Câmara dos Deputados no final de agosto. Passando essa etapa, será direcionada para votação pelo Senado e, depois, retorna à Câmara dos Deputados para discutir qualquer alteração e ser encaminhado para o parecer do presidente da República. Se aprovado, valerá a partir do ano que vem.

Caso seja implementado, as empresas terão sua carga tributária elevada, pois não poderão mais utilizar o benefício que existe hoje.

Luiz Roberto Peroba, sócio de tributário do Pinheiro Neto Advogados

O governo quer resolver dois problemas de uma vez. Quer excluir a margem fiscal e arrecadar mais dinheiro aos cofres públicos por meio dos **impostos**. Outra medida é taxar fundos exclusivos, usados por quem

tem pelo menos R\$ 10 milhões.

A estimativa é aumentar as receitas governamentais em R\$ 10,5 bilhões, já em 2024. Mas só isso ainda pode não ser suficiente. Há cálculos que mostram que a equipe econômica precisa em torno de R\$ 170 bilhões para alcançar a meta de zerar o déficit primário no ano que vem.

O efeito para as empresas depende do quanto elas distribuem de JCP. A proposta não é atrativa para os empresários por passarem a pagar mais **impostos**. Pelo lado dos acionistas, pode ser que a remuneração seja menor e procurem outras opções de investimentos, afirma a analista da Empiricus Research.

Pode diminuir atratividade de algumas empresas da Bolsa. Com isso, desestimula a entrada de novos acionistas, o que limita a entrada de dinheiro nas empresas. Assim, a empresa terá de pegar empréstimos para investir mais.

Aprimorar os JCP é a alternativa, diz mercado. Em **comunicado** emitido, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) argumenta que a modernização dos juros de capital próprio impulsionaria os investimentos, sem prejudicar nenhum lado. A ideia é que deixe de ser um pagamento aos sócios e se torne uma exceção fiscal, fazendo com que mais empresas usem mais o recurso.

Quer se aposentar cedo, viver de renda e ter uma vida tranquila? Investir pensando na aposentadoria é um sonho comum. Mas o que muitos não sabem é que planos de previdência não são os únicos produtos que podem ajudar com esse objetivo. O UOL tem um aulão sobre o tema "Como se aposentar sem depender do **INSS**". Serão três lives ao vivo, e assinantes podem rever as aulas quantas vezes quiserem.

Veja aulas passadas. A primeira live foi sobre como se preparar para a aposentadoria - e por que é importante começar a investir já . Já a segunda falou sobre as diferentes modalidades de previdência privada.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como chegar a R\$ 1 milhão -ou qualquer outro valor- e investir seu dinheiro de acordo com seu perfil, sonho e prazo. Para saber mais, acesse "Quer ser milionário? Veja como investir e o que não te contam" .

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo,

mesmo que nunca tenha investido? O UOL tem uma newsletter diária gratuita que o ajuda nesse objetivo. Assine o Por Dentro da Bolsa aqui . Você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos para aprender a investir melhor.

Você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor o seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. UOL Investimentos ainda tem diversos conteúdos diários que te ajudam a lidar melhor com seu dinheiro.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

**Site:** <http://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2023/09/12/fim-juros-de-capital-proprio-aumento-arrecadacao.htm>

# "Uma transição de 50 anos não é razoável"

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Samuel Kinoshita, Secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo

O secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, considera excessivo o prazo de transição estabelecido para a **reforma tributária** aprovada na Câmara e agora em tramitação no Senado, e defende que ele caia de 50 para 10 anos. Em entrevista ao Estadão, Kinoshita disse que São Paulo já discute essa redução com os Estados mais interessados, como os do Nordeste e o Rio de Janeiro. "Nós não achamos razoável uma transição de meio século para nada no Brasil", afirma. O prazo da transição é o tempo que levará para a cobrança do imposto passar da origem (onde os bens são produzidos) para o destino (onde são consumidos).

Veja os principais trechos da entrevista.

Qual será o posicionamento de São Paulo nas negociações da **reforma tributária** agora no Senado?

Ao contrário dos últimos governadores de São Paulo, que se manifestaram contra (a reforma) por entender que o Estado perderia numa mudança da tributação da origem para o destino, nós acreditamos que essa mudança vai possibilitar o fim da guerra fiscal deletéria e da perda de produtividade. Essa guerra tem um custo elevado para São Paulo. São Paulo, por ser um grande Estado produtor, instantaneamente, pode perder alguma coisa? É possível.

A Secretaria de Fazenda já tem a conta?

Sim.

Não pode revelar?

Não, porque é estratégico do ponto de vista negocial.

Os críticos da reforma apostavam que o governador Tarcísio de Freitas seria uma pedra no caminho...

Eles erraram. O governador tem uma agenda reformista e está olhando para frente. E eu tenho uma prova disso. A regra de transição de receitas (da cobrança dos **impostos** no destino, e não na origem dos produtos, como é hoje) é de meio século. Essa é a proposta deles. Sabe o que eu digo? Eu quero uma regra de dez anos. Estamos conversando com os Estados do Nordeste e com o Rio de Janeiro sobre

isso.

Por que São Paulo quer um prazo menor?

O que você conhece no Brasil que durou meio século? Não tem um ano que não tem três, quatro problemas. O incentivo a se instalar em São Paulo será muito grande. Temos a melhor infraestrutura. Não quero falar mal de ninguém, mas temos as melhores estradas, o melhor capital humano e acesso ao grande mercado consumidor. Se não tiver guerra fiscal, onde as firmas vão se instalar? As firmas vão querer se localizar aqui. E não vai demorar.

Essa é a nossa crença.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "Não tem chance a tese de regionalizar a governança do Conselho Federativo"

**ADRIANA FERNANDES BRÁSILIA**

O secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, disse que o Estado é contra a proposta do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, de incluir o componente regional na governança do Conselho Federativo, órgão que vai gerir o novo imposto criado com a reforma - o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Sobre o risco de que haja mudanças no conselho na tramitação do projeto no Senado, ele destaca que houve um acordo na votação da Câmara. "A palavra vale", diz.

Veja a seguir a continuação da entrevista.

**Quais os planos do Estado de São Paulo para a reforma tributária?**

O Brasil é um país que gera incentivos equivocados, inclusive na distribuição espacial das firmas. Existem firmas produzindo em um determinado local simplesmente porque foi concedido um benefício tributário, em vez de estar onde era mais adequado para ela estar.

É um dos sintomas dessa guerra fiscal que existe há muitos anos. A questão tributária é central no processo de modernização que queremos fazer aqui, mas é mais amplo que só a reforma. O nosso objetivo é criar o melhor ambiente de negócios do Brasil, disparado.

Com ênfase no "disparado".

Por exemplo: vamos trazer para cá um modelo vitorioso no plano federal, que é a modernização da gestão da dívida ativa por meio do instrumento da transação tributária.

Como isso será feito?

Precisamos modernizar a administração tributária. Os dois principais pilares são o resgate do protagonismo paulista na questão tributária e a modernização. O Estado perdeu protagonismo? São Paulo foi acanhado nos últimos anos. Nas reuniões do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), isso fica muito claro.

Protagonismo é conseguir pautar o progresso e a

modernização do sistema tributário com boas ideias. São Paulo tem de se comparar a um Fisco moderno internacional. Temos de ter um Fisco cooperativo.

Existe uma visão antiga de fiscal de ser estritamente punitivo.

Existe excesso de contencioso.

Isso é custoso. No nosso tribunal administrativo aqui, o TIT (Tribunal de **Impostos** e Taxas), tem R\$ 118 bilhões em disputa e mais R\$ 390 bilhões inscritos em dívida ativa. Vamos dar incentivos econômicos para redução desses estoques. Mandamos o projeto para a Assembleia Legislativa, criando o programa Resolve Já (leia mais nesta página) para estimular a conformidade voluntária.

Além da questão do prazo de transição federativa, quais são as outras divergências nessa discussão?

Tínhamos uma preocupação muito grande em preservar a autonomia dentro de um IVA dual, com a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) da União e o IBS dos Estados e municípios. Será que todo o dinheiro da arrecadação precisa ir para essa agência centralizadora, para esse Conselho Federativo? Pensa nesse exemplo: uma firma paulista que vende para o consumidor paulista. Esse imposto deveria ir para o conselho ou poderia ficar no Fisco paulista?

Propusemos uma câmara de compensação.

Mas essa não prosperou e o Tarcísio cedeu...

O governador negociou uma governança mais representativa no Conselho Federativo.

Acerto que querem mudar agora na votação no Senado.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, tem uma proposta alternativa para a governança do conselho, que considera a região.

Não tem nem chance. A gente não quer isso.

Por que o sr. acredita que o modelo do governador Leite é ruim para São Paulo?

Por que é bom para o Rio Grande?

Eu faço a pergunta. É bom porque ele terá um voto de cinco das regiões do Brasil. É por isso que eles querem. O Rio Grande do Sul vai comandar a região Sul, e a região vai ter um voto das cinco. É tão simples quanto isso. Eles tentaram isso no preâmbulo da reforma.

O que São Paulo propõe? O relator da reforma no Senado, senador Eduardo Braga (MDBAM), indica que vai mudar a governança do conselho.

Não sei, vamos ver.

O sr. tem uma alternativa?

A alternativa é que os 44,4 milhões de brasileiros que vivem em São Paulo sejam representados.

Essa foi a combinação com o presidente Arthur Lira (da Câmara) e com o ministro Fernando Haddad (Fazenda). Se for outra, a gente volta a conversar.

Não vai voltar para a Câmara?

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Empresas vão à Justiça para acelerar liberação de créditos de ICMS

**Adriana Aguiar De São Paulo**

Empresas no Estado de São Paulo têm apostado em ações judiciais e programas fiscais para tentar reduzir o volume de créditos acumulados de ICMS - em dezembro, o estoque alcançava R\$ 4,4 bilhões.

Esse movimento ganhou força com o texto da **reforma tributária** aprovado pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, que prevê simplificação do sistema, mas também um longo prazo para uso do saldo credor, além de menor correção monetária.

Em razão dos valores acumulados atualmente, essas mudanças podem trazer forte impacto para empresas do país inteiro. Só as de capital aberto, que fazem parte da B3, têm R\$ 46,3 bilhões em créditos de ICMS, segundo levantamento realizado pelo escritório de advocacia ButtiniMoraes, com base nos resultados financeiros do quarto trimestre de 2022.

Se a reforma for aprovada como está, com o fim do ICMS, em 2033, o saldo desses créditos poderá ser compensado com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em 240 parcelas (20 anos). A correção monetária passa a ser pelo IPCA (de 5,79% em 2022). Hoje é pela Selic, que está em 13,25%.

"As empresas estão preocupadas.

O prazo de 20 anos não é razoável, nem mesmo uma correção inferior à Selic", diz o advogado Thiago Amaral, do escritório Demarest, que espera alterações nesses pontos pelo Senado.

Por conta desse cenário, os advogados passaram a registrar uma maior procura das empresas para a liberação desses créditos. E esse movimento, segundo eles, ainda deve crescer caso a reforma seja aprovada como está. "Até porque há um risco de calote", afirma João André Buttini de Moraes, sócio do ButtiniMoraes.

Esses créditos são gerados quando o contribuinte compra uma mercadoria e a revende. É o caso das exportações, que são isentas de **tributos**, e das vendas para outros Estados, que podem ter alíquota menor do imposto. Eles podem ser usados hoje para reduzir o valor do ICMS a recolher, pagar fornecedores - na aquisição de bens e insumos -, ser transferidos para empresas interdependentes, que têm o mesmo

sócio, ou vendidos para terceiros.

Em São Paulo, existe previsão legal de prazo de 120 dias para a Fazenda analisar a transferência dos créditos (artigo 33 da Lei nº 10.177, de 1998). Quando esse prazo não é cumprido, os contribuintes recorrem ao Judiciário - movimento que agora ganhou força com a **reforma tributária**.

Um dos casos foi julgado recentemente pela 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). O pedido foi apresentado por uma empresa com 48 requerimentos de pedidos de transferência de créditos acumulados de ICMS, apresentados entre janeiro e março de 2020.

A sentença, em razão da demora, deu prazo de 60 dias para a análise desses pedidos, o que foi confirmado pelo tribunal (processo nº 1013640-27.2022.8.26.0602). Na decisão, o relator, desembargador Rebouças de Carvalho, cita diversos precedentes nesse sentido (processos nº 1027902-85.2021.8.26.0482, nº 1024938-22.2021.8.26.0482 e nº 1003751-32.2021.8.26.0037).

Outras empresas, que são exportadoras e acumulam muitos créditos de ICMS, também acabam entrando na Justiça, com base no o parágrafo 1º, do artigo 25 da Lei Kandir. A norma diz que a transferência desses créditos seria autoaplicável, sem necessidade de autorização do Fisco.

Nesse sentido, existem diversas decisões. Entre elas, uma recente da 2ª Câmara de Direito Público do TJSP. Os desembargadores mantiveram sentença que garantiu à empresa a imediata transferência de créditos de ICMS para estabelecimento não interdependente.

No caso, a Fazenda já tinha deferido a apropriação desses créditos - 93% do montante tem origem em exportação.

Segundo a relatora, desembargadora Vera Angrisani "a demora na conclusão dos pedidos e consequente efetivação das transferências (também incontroversa), tampouco se justifica, não vingando no argumento de que o exercício do direito do contribuinte pode ser obstado pelo juízo de oportunidade e conveniência da autoridade" (processo nº 1041952-11.2022.8.26.0053).

João André Buttini de Moraes, que atuou no processo, afirma que esses pedidos têm sido frequentemente concedidos. E essa argumentação, acrescenta, pode ser utilizada em qualquer Estado. "Inclusive o STJ [Superior Tribunal de Justiça] reconhece esse direito. Se o crédito já foi auditado pelo Fisco e foi deferido, o Estado não pode mais interferir nessa transferência para terceiros", diz.

Outro caminho trilhado em São Paulo é o da adesão a programas que preveem a liberação de créditos de ICMS de forma mais rápida. Segundo Buttini, o Estado é o único com programas para acelerar essas operações - como o ProAtivo e o Nos Conformes, que trazem vantagens a "bons contribuintes". Mas, acrescenta, os valores liberados são limitados e a empresa tem que preencher certos requisitos para participar.

O ProAtivo, o Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado, é destinado aos contribuintes que dispõem de créditos acumulados. Foram feitas oito rodadas de negociações, cada uma com determinados setores. No programa, já foram liberados R\$ 2,7 bilhões de créditos acumulados, desde o início de 2022.

O programa Nos Conformes, criado em 2018, foi recém-regulamentado pelo Decreto nº 67.853, de julho, para tratar das contrapartidas que o Estado passou a oferecer aos contribuintes com boa classificação - os chamados bons pagadores de **impostos**. Aqueles com nota A ou A+ terão autorização para apropriação de crédito acumulado e renovação de regime especial de tributação mediante procedimentos simplificados. Os contribuintes com B terão direito a se apropriar de 50% do crédito acumulado por meio de procedimentos simplificados.

Além deles, existe o Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor (Proveículo Verde), que já tem adesão da Toyota. A montadora vai investir R\$ 1,7 bilhão em uma fábrica na região de Sorocaba para a produção de veículos menos poluentes - híbridos (elétricos e flex) - e, em contrapartida, terá facilidades na liberação de créditos acumulados de ICMS.

Segundo o secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Samuel Kinoshita, a atual gestão está investindo na modernização da administração tributária, na melhoria do ambiente de negócios, que pode aumentar a geração de empregos, e na construção de uma boa relação com os contribuintes, além de tentar elevar a arrecadação.

O Estado aposta na ampliação dos programas já existentes, afirma Kinoshita, e também em dois projetos de lei encaminhados à Assembleia Legislativa pelo governo, em regime de tramitação de urgência. O PL nº 1245, institui a chamada transação tributária, que permitiria o pagamento de débitos tributários com créditos de ICMS. Hoje a dívida ativa do Estado está em R\$ 380 bilhões.

Já o projeto nº 1.246 cria o "Resolve Já", que amplia o prazo para pagamento de valor previsto em auto de infração com desconto. Hoje o contribuinte tem prazo de até 30 dias.

Com a mudança, poderia quitar o devido com redução do valor da penalidade até a inscrição em dívida ativa, com descontos regressivos. A ideia é diminuir o contencioso. Hoje, há 5.834 autuações cobrando R\$ 117,5 bilhões. Também poderiam ser usados créditos de ICMS.

"As empresas estão preocupadas. O prazo de 20 anos não é razoável" Thiago Amaral

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/editions>

# Privatizações são capazes de criar a década dos estados

Com a **reforma tributária** que se avizinha, muita coisa mudará, incluindo o fim da guerra fiscal entre os estados, hoje usada como forma de compensar deficiências regionais. Com a nova realidade, será fundamental uma estratégia que reduza custos em escala no mínimo equivalente às "vantagens tributárias" perdidas.

É possível. Em meados dos anos 1990, o Plano Real tinha sido recém-criado, a taxa Selic estava na casa dos 25%, e o governo tinha histórico recorrente de controle de preços, entre outros fatores que afastavam grandes investidores. Mesmo assim, deu-se marcha a um bem-sucedido programa de privatizações.

Um dos grandes símbolos daquela época é o setor elétrico. Esse movimento ocorreu entre 1995 (começando pelo Espírito Santo) e 2000 (quando Pernambuco, Paraíba e Maranhão encerraram o primeiro ciclo de desestatizações no setor) e foi combinado a um novo marco legal. Os investimentos passaram de R\$ 14 bilhões em 2000 para R\$ 92 bilhões em 2011.

Veio, na sequência, um longo período sem privatizações relevantes. Elas retornaram em 2016, com o estado de Goiás. Em agosto deste ano, o Paraná completou a 11ª operação em sete anos, que se somaram à Eletrobras, de controle federal, privatizada em 2022. Hoje, o setor elétrico, majoritariamente privado (apenas Minas e Santa Catarina mantiveram suas estatais), é o serviço público mais universalizado do país (99,8% da população). Mesmo assim, ainda investe volume importante todos os anos - algo como R\$ 80 bilhões.

Sabemos que ainda existem setores que estão primordialmente sob controle público estadual, como o saneamento básico e a distribuição de gás. Sobre o primeiro, apenas dois estados privatizaram suas companhias de água, enquanto outros cinco concederam parcela relevante dos serviços (principalmente depois do novo marco legal, de 2020), mas ainda mantendo suas estatais com alguma atividade. Os demais 20 permanecem com operação estatal.

No setor de distribuição de gás observamos que apenas cinco estados concederam o serviço ao setor privado (três deles depois do novo marco legal, de

2021). O resultado é que, enquanto no saneamento o investimento de 2022 foi de pouco mais de R\$ 18 bilhões - mesmo com menos da metade dos brasileiros contando com serviço de esgotamento -, na distribuição de gás os investimentos são de apenas R\$ 2 bilhões por ano, atendendo menos de 6% da população.

Ambos os setores teriam muito a ganhar com um choque de investimentos privados, que poderiam chegar à casa do trilhão. Haveria impacto imediato não só na ponta da demanda, pela geração de empregos, mas também na ponta da oferta, pelo ganho de produtividade. A decisão de seguir adiante depende apenas dos estados, que, diferentemente do que ocorria nos anos 1990, podem hoje contar com um cenário macroeconômico mais favorável e com um mercado de capitais mais desenvolvido. Os ingredientes estão aí para que os próximos dez anos possam ser lembrados, no futuro, como a Década dos Estados.

\*Diogo Mac Cord é sócio-líder de infraestrutura e mercados regulados da EY para América Latina

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/09/privatizacoes-sao-capazes-de-criar-a-decada-dos-estados.ghtml>

# Reforma tributária: por que ficará mais caro manter ou consertar seu carro

**Paula Gama** *Colunista do UOL* 12/09/2023 04h00

A **reforma tributária** é o assunto do momento. Focada no consumo, ela tem dois grandes objetivos: reduzir a quantidade de **impostos** e por fim à sobreposição de **tributos** - quando um mesmo produto é taxado em diversas etapas da cadeia, da produção até a venda ao consumidor final.

Apesar da simplificação à vista, isso não significa que a carga tributária final será menor para o consumidor. Por se tratar de uma alíquota única, economistas preveem que os produtos industrializados ficarão mais baratos, enquanto os serviços aumentarão de preço.

No universo automotivo, é esperado, por exemplo, que os carros caiam de preço devido à simplificação dos **impostos**. Por outro lado, os serviços de manutenção devem ficar mais caros. Como a proposta de **reforma tributária**, aprovada na Câmara dos Deputados, ainda passará pelo Senado, é possível que o texto seja modificado, mas no momento atual, o que se estima é que, quando implantada, a carga nova tributária tenha variação entre 25% e 33%.

"De acordo com o texto que temos agora, não vamos ter uma mudança na carga tributária, mas uma adequação entre quem paga menos e quem paga mais. Se, somados, os **impostos** devem ficar entre 25% e 33%, os automóveis, que hoje recolhem mais **impostos** do que isso, serão beneficiados e ficarão mais baratos. Por outro lado, o serviço das oficinas, como uma simples troca de pneu, ficará mais caro, porque hoje a carga é menor. Por isso, no fim das contas, ainda não se sabe se ficará mais barato ou mais caro ter um carro na garagem com o passar dos anos", avalia o economista Igor Lucena.

O principal foco da **reforma tributária** é a simplificação, e não exatamente a redução de **impostos**. Essa mudança já é considerada por si só um enorme ganho, já que a burocracia brasileira já onera os negócios. O texto atual acaba com os **impostos** federais IPI, PIS e Cofins, o estadual ICMS e o municipal ISS.

No lugar deles, entram dois IVAs: a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) substitui os **tributos** federais, enquanto o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) unifica e substitui ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Além disso, será criado um Imposto Seletivo, que incidirá sobre itens nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Outra novidade é o fim do imposto em cascata. Com a criação dos IVAs, será implantada a "não cumulatividade plena", ou seja, deixarão de ser cobrados **impostos** sobre **impostos**, uma prática que encarece os produtos e atrapalha a competitividade da economia brasileira.

O advogado Eduardo Natal, sócio do escritório Natal E Manssur, conselheiro da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (ABAT) e membro da Academia Brasileira de Direito Tributário (ABDT), explica que, mesmo que o texto seja aprovado, ainda passará por uma fase de testes em 2026, e só seria plenamente implementado em 2032.

"Será feito um teste no ano de 2026, instituindo-se uma alíquota de 1% para os novos **tributos** (0,1% para a CBS e 0,9% para o IBS, descontadas dos **tributos** atuais), a fim de identificar o potencial arrecadatório do novo modelo", explica.

Ele também alerta que o texto pode ter um "jabuti" importante. "Se o mundo ideal for alcançado, será uma carga tributária de 25% a 33% sobre o consumo, mas as empresas ainda pagarão **impostos** sobre renda, mão de obra - outras áreas que também impactam sobre o preço final de um produto. A questão é que no texto da reforma existe um tributo sobre a produção de semi elaborados como, por exemplo, borracha e couro tratado. É um jabuti no meio da reforma que, se mantido, gerará uma sobreposição de **tributos**, justamente o que queria se evitar", pondera Natal.

Outra questão que ainda precisa ficar mais clara é a possibilidade de alguns carros terem mais **impostos** que outros, por meio do Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos agressivos ao meio ambiente. "Essa definição virá de uma Lei Complementar, depois que a Reforma for aprovada. Mas é possível que os carros mais poluidores tenham um imposto extra", alerta.

**Site:** <https://www.uol.com.br/carros/colunas/paula-gama/2023/09/12/reforma-tributaria-carros-devem-baratear-mas-custara-mais-mante-los.htm>

# Batalha no Congresso

## Edla Lula

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público prepara contra-ataque ao manifesto assinado por representantes de 23 frentes parlamentares a favor da Proposta de Emenda Constitucional da reforma administrativa (PEC 32/2020). Deputados e senadores que defendem a manutenção das regras do serviço público se reúnem hoje, no fim da tarde, para elaborar um documento contrário à proposta, que aguarda votação no Plenário da Câmara dos Deputados. O encontro vai contar com a presença de representantes sindicais de várias categorias do serviço público que já preparam manifestações em todo o país.

"A reunião da frente pretende refazer as estratégias de enfrentamento ao texto da PEC 32, que, apesar de aprovado na Comissão Especial, não obteve adesão para ir à votação em plenário", afirma a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). Segundo a parlamentar, "insistir nesse texto é um erro e uma tentativa de impor um retrocesso político-administrativo a um país que precisa levar políticas públicas à população que mais necessita".

A PEC tem no presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), seu principal defensor.

Foi ele, aliás, quem reacendeu a discussão sobre a proposta, que estava adormecida nas gavetas da mesa diretora da Casa desde setembro de 2021, quando foi aprovada na comissão especial que tratou do assunto.

Lira defende a aprovação da PEC como medida de controle de gastos públicos, em contraposição à ideia do governo de aumentar a arrecadação, com propostas como a taxação dos chamados fundos fechados, conhecidos como fundos dos super ricos, e os fundos offshore, que são aplicações feitas por brasileiros fora do Brasil.

Em conversa recente com jornalistas, Lira afirmou ter ouvido falar que o governo estaria disposto a apresentar uma PEC "a ser pensada à PEC 32". Na verdade, o governo não pretende mexer na Constituição em uma eventual reforma administrativa.

Muito menos pensar uma proposta ao texto em tramitação na Câmara. "Dessa PEC 32, não se aproveita nada", disse uma alta fonte da equipe econômica ao Correio.

O governo admite a necessidade de discutir a reforma administrativa, mas não tem pressa.

Para tratar do assunto, foi criado um grupo de trabalho liderado pela ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, do qual participam também os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Casa Civil, Rui Costa; e do Planejamento, Simone Tebet.

## Visões opostas

Dweck deixou claro que o governo não considera a PEC 32 nos estudos que vêm sendo feitos pela pasta. "A gente tem como missão uma discussão de reestruturação do Estado, de transformação, que é uma agenda da reforma administrativa", disse a ministra na última quinta-feira, após o desfile de 7 de setembro.

"A gente já vem fazendo essa discussão desde o início do ano, mas não tem nada pronto para apresentar ao Congresso", completou.

A PEC 32, elaborada pelo governo Bolsonaro, diverge diametralmente dos estudos em elaboração no gabinete da ministra.

A reforma elaborada pela equipe do ex-ministro da economia, Paulo Guedes, de visão liberal, tem como fundamento a redução do Estado, com diminuição do funcionalismo. O principal objetivo é a redução dos gastos públicos.

O governo Lula, ao contrário, entende o Estado como provedor do desenvolvimento e cuidador da população. Por isso, está promovendo a reabertura de novos concursos públicos. As estimativas são de que até o fim de 2023, serão autorizadas cerca de 10 mil vagas, abrangendo em torno de 100 órgãos e entidades da administração federal.

A reforma em análise no grupo de trabalho busca a modernização do Estado sem alterações na Constituição e sem retirada de direitos trabalhistas. O governo está fortalecendo, por exemplo, a avaliação e qualidade dos gastos e ampliou o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Além das despesas diretas, o conselho fará um levantamento das concessões de subsídios, que hoje representam uma renúncia fiscal equivalente a 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Também pretende melhorar os mecanismos tecnológicos para investigar

e coibir fraudes no serviço público. A modernização também se dará, segundo o governo, por meio de mudanças na cultura organizacional e de gestão estratégica.

Além disso, estão em análise projetos de lei que tramitam no Congresso, como o PL que limita os salários dos servidores, conhecido como PL dos Supersalários e o que disciplina a realização dos concursos públicos.

A gente tem como missão uma discussão de reestruturação do Estado, de transformação, que é uma agenda da reforma administrativa, mas não tem nada pronto para apresentar ao Congresso" Esther Dweck, ministra da Gestão e Inovação

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/12/all.pdf>**

# Lula resgata a soberania e reposiciona o Brasil na geopolítica mundial (Artigo)

**JOSÉ GUIMARÃES Advogado, deputado federal (PT/CE) e líder do Governo na Câmara dos Deputados**

Além disso, o presidente Lula leva a pauta da erradicação da fome e da pobreza, o desenvolvimento sustentável com justiça social e a paz aos mais importantes fóruns internacionais. A política externa brasileira está sendo retomada com altivez, como vinha sendo conduzida nos seus governos anteriores ao tratar dos interesses econômicos, políticos e culturais do país.

O primeiro movimento do presidente Lula na política internacional se deu ainda em novembro de 2022, quando participou da COP 27, no Egito, a convite do presidente Abdel Fatah al-Sissi. Na ocasião, Lula reafirmou seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e propôs uma Aliança Mundial pela Segurança Alimentar, pela erradicação da fome e pela redução das desigualdades. Chamou a atenção do mundo para os gastos de trilhões de dólares em guerras, enquanto 900 milhões de pessoas passam fome; ofereceu o Brasil para sediar a COP 30, em 2025, num dos estados da Amazônia; e propôs a cúpula dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, com Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, depois realizada, em agosto, quando foi assinada a Declaração de Belém, que define a agenda comum em defesa do bioma e da bioeconomia.

Desde o primeiro mandato, o presidente Lula mantém o esforço de elevar o Brasil ao patamar das grandes nações e ampliar sua influência no mundo, tendo em vista sua importância econômica, política e cultural. Em oito meses, Lula viajou para dezenove países, a fim de tratar de interesses nacionais e da articulação política internacional. Em maio, ele participou, em Tokyo, como convidado, da reunião do G7, grupo formado por Estados Unidos, Japão, Itália, França, Alemanha, Reino Unido e Canadá. Participou da cúpula do Mercosul, na Argentina, onde assumiu a presidência rotativa; participou, em Bruxelas, da cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e dos 27 países que compõem a União Europeia; participou também da primeira sessão com chefes de governo e Estado do Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, mais 40 países convidados; e da cúpula do G 20, grupo das 20 maiores economias do mundo,

recentemente na Índia, do qual assumiu a presidência.

Na bagagem, o presidente levou dados alvissareiros da economia: o Brasil tem a quinta maior alta do PIB entre os integrantes do G20. Levou ainda a carta dos países amazônicos, reivindicou dos países ricos reparação pelas emissões na atmosfera; propôs a criação de uma força tarefa para erradicação da fome no mundo e a participação do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 15 e 16, o presidente visitará Cuba e México. Em Cuba, reunirá com o G 77, Fórum Econômico de países em desenvolvimento. Em 19 de setembro, o presidente Lula participa da 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. No périplo pela reconstrução da política externa brasileira, além dos fóruns internacionais, o presidente Lula teve encontros bilaterais com países como Estados Unidos e China, entre outros. Ampliar as relações comerciais com a China, no redesenho da geopolítica global, é uma estratégia da política externa que não causa prejuízo às relações com nações as quais o Brasil mantém laços diplomáticos e comerciais. A União Europeia se federalizou e em nenhum momento o Brasil se intrometeu na decisão do bloco. A propósito, Lula lidera as negociações do acordo Mercosul-União Europeia.

Os Estados Unidos, junto com o Canadá, criaram o Nafta. Também o Brasil não se imiscuiu na decisão dos dois países. O encontro dos presidentes Lula e Xi Jinping, na China, causou mal-estar em quem está acostumado com a subalternização do Brasil às nações centrais, como se Lula tivesse cometido uma heresia em relação aos Estados Unidos e à União Europeia. Não foram poucas as críticas e editoriais desabonadores. O Brasil se movimenta como nação soberana.

O Brasil tem um projeto nacional de desenvolvimento econômico sustentável com justiça social, tendo o Estado como indutor do crescimento e da distribuição da renda.

Um projeto que vem despertando atenção no mundo pela viabilidade. O presidente Lula tem demonstrado que outro planeta é possível: sem pobreza, sem fome, sem degradação ambiental, sem alteração climática e sem guerras. Com sua fé inabalável, o presidente Lula conclama líderes mundiais a construir um futuro de

paz e prosperidade entre as nações.

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/12/all.pdf>**

# Mitos da Reforma Administrativa (Artigo)

**DARIO ELIAS**

O Estado brasileiro, especialmente o Congresso Nacional, tem sido rápido em atribuir aos servidores a culpa pelo inchaço dos gastos públicos no Brasil. No entanto, essa visão está equivocada. Reformas foram promovidas com argumentos falaciosos, como ocorreu com a Previdenciária, que prejudicou principalmente os trabalhadores próximos à aposentadoria.

Agora, o presidente da Câmara, Arthur Lira, faz da Reforma Administrativa sua principal meta para o ano. Ele alega que a reforma permitiria uma economia considerável nos níveis municipal, estadual e federal. No entanto, mais uma vez, falta com a verdade ao não apresentar números precisos.

É importante lembrar que os servidores públicos têm um regime de trabalho distinto do setor privado. Os chamados "privilégios" são, muitas vezes, compensações por repetidas injustiças enfrentadas pelos **servidores públicos**, como a falta de reajustes salariais. Isso, em um país com **inflação** persistente, impacta negativamente em seus salários.

Mas a reforma pretendida não ataca a pior face do problema: a pequena parcela de servidores que recebe salários muito acima do teto constitucional e raramente é afetada pelas propostas. Quando acontece, eles usam seu poder para negociar leis que garantem indenizações salariais, afastando-se dos servidores "comuns".

Basta lembrar que o Congresso Nacional brasileiro é o segundo mais caro do mundo, com gastos aproximados de 5 bilhões de dólares, cerca de 6 milhões por parlamentar ao ano, somando quase 30 milhões por representante. É hora de focarmos nos verdadeiros privilegiados e pararmos de culpar aqueles que servem ao povo.

Esperamos que a sociedade, a imprensa e a classe empresarial, principal destinatária do discurso sedutor e enganoso de contenção de gastos, estejam ao lado daqueles que realmente servem à população brasileira.

DARIO ELIAS nassif, delegado de Polícia e secretário-geral da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo

# Mercado prevê alta de 2,64% no PIB

Os economistas voltaram a aumentar a previsão do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2023, mas também elevaram as expectativas para a **inflação** e o dólar neste ano.

De acordo com o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central (BC) nesta segunda-feira, os analistas esperam que a economia brasileira cresça 2,64%, uma subida de 0,08 ponto percentual em relação à semana passada, quando a previsão já havia aumentado de 2,31% para 2,56%. Além disso, o boletim aponta otimismo em relação aos próximos anos, com aumento nas perspectivas para 2024 (subiu de 1,32% para 1,47%) e 2025 (foi de 1,9% para 2%).

Ao mesmo tempo, o relatório do BC indica uma elevação na expectativa para a **inflação** deste ano, que cresceu de 4,92% para 4,93%. Houve aumento de 0,01 ponto percentual também para 2024, indo de 3,88% para 3,89%. Outro índice que subiu em relação à semana passada foi o dólar, que saltou de R\$ 4,98 para R\$ 5. Já a perspectiva para a taxa de juros básica (Selic) neste ano permanece em 11,75% (Da Folhapress).

# Mercado aumenta projeção para PIB

**THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA**

Ainda sob efeito da surpresa com o Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre (avanço de 0,9%), o mercado voltou a aumentar a projeção de crescimento econômico para este ano. De acordo com o novo Boletim Focus - uma compilação feita pelo Banco Central das estimativas de analistas de bancos e consultorias -, a mediana para a alta do **PIB** passou agora de 2,56% para 2,64%, ante 2,29% há um mês. Considerando apenas as 54 respostas nos últimos cinco dias úteis, a projeção chega a 2,96%.

Para 2024, o Relatório Focus também mostrou melhora na estimativa de crescimento do **PIB**, de 1,32% para 1,47%, ante 1,30% de um mês atrás. Após a divulgação do **PIB** do segundo trimestre, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou que a projeção oficial para este ano deve subir de 2,5% para algo próximo a 3%, mas acrescentou que a Secretaria de Política Econômica (SPE) vai divulgar o novo número de "forma ordenada".

No BC, a estimativa atual é de 2%, conforme o Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) de junho.

**INFLAÇÃO.** Ainda pelo relatório, a projeção para o IPCA em 2023 avançou de 4,92% para 4,93%. Um mês antes, a mediana era de 4,84%. Para 2024, foco principal da política monetária, a projeção também teve alta - de 3,88% para 3,89%, ante 3,86% há um mês.

As estimativas do Boletim Focus continuam acima da meta. Para 2023, a mediana supera o teto da meta (4,75%) e indica estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo, depois de 2021 e 2022. Nos outros anos, as expectativas estão dentro do intervalo, mas superam o alvo central de 3%.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# México passa China em exportações aos EUA

**DA BLOOMBERG NEWS\***

O México e o Canadá substituíram a China como principais exportadores para os Estados Unidos, como resultado do estímulo ao chamado nearshoring - estratégia de transferir parte da produção para países geograficamente próximos -, que tem incentivado cadeias de abastecimento mais diversificadas. É a primeira vez desde 2003 que os mexicanos ultrapassam os chineses como principais fornecedores dos EUA.

Os americanos importaram cerca de US\$ 203 bilhões em mercadorias da China nos primeiros seis meses deste ano, 25% a menos do que no mesmo período de 2022, de acordo com dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

Esses números não são ajustados pela inflação.

Em junho, o país asiático foi o terceiro maior fornecedor para os americanos, atrás de México e Canadá. As importações de bens do México subiram 5,4% no primeiro semestre de 2023, em relação ao mesmo período do ano passado. Alemanha e Japão vêm em quarto e quinto lugar, respectivamente.

Em uma base ajustada sazonalmente, as importações americanas da China caíram para US\$ 33,5 bilhões em junho, o menor patamar desde o início da pandemia.

Já as compras do México ficaram em US\$ 38,9 bilhões. Em julho, último dado disponível, os EUA compraram US\$ 35 bilhões da China e US\$ 39,5 bilhões do México.

Por mais de uma década, a China foi o principal fornecedor de produtos para os Estados Unidos, com os laços comerciais entre os dois países atingindo um pico no ano passado. Agora, no entanto, o comércio bilateral vem sendo desafiado pelo crescente afastamento entre Washington e Pequim, por conta de questões que incluem direitos humanos, comércio justo e concorrência por tecnologias e mercados.

**ATRAÇÃO DE MONTADORAS** Há ainda outro fator. À medida que os consumidores americanos ficam mais exigentes, a demanda por produtos fabricados na China, incluindo celulares e roupas, vem ficando

menor. Ao mesmo tempo, as interrupções que a pandemia provocou nas cadeias de fornecimento levaram os EUA a buscar uma maior diversificação logística, que já se traduz em mais importações dos países vizinhos.

A HP anunciou recentemente que vai mudar sua produção de laptops da China para Tailândia e México.

A Apple, que fabrica boa parte de seus produtos em território chinês, também começa a buscar outros lugares fora da China.

Na última década, várias montadoras - como Ford, General Motors, Kia, Volkswagen e Nissan - também começaram a instalar fábricas no México, ampliando a fatia do país na venda de produtos industrializados para os EUA. E, em março, o bilionário Elon Musk disse que vai construir uma fábrica da Tesla no estado mexicano de Nuevo León. (\*Com agências internacionais)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Crise alemã piora projeção de crescimento da zona do euro

**Andrew Langley**

A Comissão Europeia reduziu sua perspectiva para a economia da zona do euro, prevendo que ela será contida este ano por uma contração na Alemanha. O **PIB** do bloco dos 20 países que compartilham o euro deverá crescer 0,8% em 2023, comparado a uma previsão anterior de 1,1%, segundo projeções atualizadas divulgadas ontem pelo braço executivo da União Europeia (UE). A previsão para o ano que vem foi reduzida na mesma proporção, para 1,3%.

A mudança das expectativas é em grande parte culpa da maior economia da região, a Alemanha, para a qual se esperava um crescimento em 2023, mas que agora enfrenta uma queda de 0,4%. A Holanda tinha uma previsão de crescimento de 1,8%, que foi revista para 0,5%. Por outro lado, Espanha e França estão na outra ponta desse espectro e deverão ajudar na expansão do **PIB**.

A **inflação** permanecerá elevada e não recuará para a meta do Banco Central Europeu (BCE), de 2%. Ela deverá ficar em 5,6% este ano, um pouco menos do que o previsto anteriormente. No entanto, em 2024 ela será um pouco maior que a previsão anterior, devendo chegar a 2,9%.

Os novos números poderão alimentar temores de que a zona do euro esteja presa a um período prolongado de crescimento reduzido e **inflação** acima da meta. Eles também podem fornecer uma amostra provável das próprias perspectivas trimestrais do BCE, que devem ser anunciadas na quinta-feira e ajudarão as autoridades a determinar se prolongarão ou interromperão a série histórica de altas das taxas de juros.

"A fraqueza da demanda interna, em especial o consumo, mostra que os preços elevados, e ainda em alta, da maior parte dos bens e serviços, estão tendo um forte impacto", disse a Comissão Europeia. "O ímpeto de crescimento mais fraco da UE deverá se estender até 2024 e o impacto da política monetária apertada deverá continuar restringindo a atividade econômica." Apesar de ter conseguido evitar uma recessão depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, a zona do euro está lutando com os preços mais altos da energia, um aumento dos custos dos empréstimos e a queda da demanda em mercados de exportação,

como a China.

Dados divulgados na semana passada revelaram que o **PIB** do bloco pouco cresceu no segundo trimestre, e este foi revisto para baixo em razão das vendas fracas nos mercados externos. Pesquisas com gerentes de compras apontam para um terceiro trimestre difícil, com o setor de serviços da Europa seguindo o setor industrial na tendência de contração.

Em nenhum outro lugar esses problemas são mais evidentes do que na Alemanha, que vem sendo afetada principalmente por uma queda do setor industrial. Após uma desaceleração primeiro trimestre, a economia não conseguiu crescer no segundo trimestre e poderá encolher 0,3% no terceiro, segundo previsão feita na semana passada pelo Kiel Institute.

"É claro que a economia alemã tem um impacto para os outros países", disse Paolo Gentiloni, comissário de Economia da União Europeia, em uma entrevista coletiva.

"No geral, se a maior economia do bloco tiver um crescimento negativo - mesmo ligeiramente negativo -, isso afeta todos." Falando mais tarde com a Bloomberg Television, ele amenizou os riscos de estagflação na Europa.

"É cedo demais para dizer se estamos num quadro de estagflação.

Isso é algo de longa duração? Nossa estimativa é que teremos uma recuperação já no próximo ano." No entanto, o cenário desfavorável preocupa várias autoridades do BCE, que afirmam que é hora de pôr um fim na forte campanha de aperto monetário iniciada há pouco mais de um ano. Outros, porém, já sinalizaram estar confortáveis com uma recessão branda se isso for necessário para trazer a **inflação** de volta à meta de 2%.

Os investidores "talvez" estejam subestimando a probabilidade de um décimo aumento seguido dos juros, disse à Bloomberg na semana passada Klaas Knot, membro do conselho diretivo do BCE.

"O aperto monetário poderá ter um peso maior que o esperado sobre a atividade econômica", disse a Comissão.

Uma pesquisa entre analistas feita antes pela Bloomberg revelou ontem uma visão mais pessimista que a da Comissão Europeia. Segundo esses analistas, a economia da zona do euro deverá crescer 0,6% em 2023 e 0,8% em 2024.

"É claro que a economia alemã tem um impacto para todo o bloco" Paolo Gentiloni

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20230911/>

# Globalização dará lugar a blocos de países antes "inimagináveis"

**Marsílea Gombata**

Estamos diante do fim da globalização.

Daqui para frente, veremos o comércio de bens tímido entre os países e um mundo dividido em blocos econômicos inimagináveis há dez anos. O diagnóstico é de Carlos Cordón, professor de estratégia e administração de cadeias de valor do International Institute for Management Development (IMD), com campi em Lausanne, na Suíça, e em Cingapura.

Esse movimento, afirma, tem dentre os principais motivos a guerra comercial entre Estados Unidos e China, a ruptura nas cadeias de valor que levou à ideia de que fornecedores não são mais tão confiáveis e o aumento dos salários dos trabalhadores chineses.

Em entrevista ao Valor, o especialista diz que estamos diante de uma nova ordem mundial, que difere muito do arranjo antes protagonizado pelo Ocidente.

"Agora vemos uma nova ordem com contrapontos como o Brics, uma potência como a China. Há uma definição diferente do que é poder econômico. E creio que veremos blocos diferentes", diz. "Do ponto de vista econômico, isso significa muitas barreiras. Veremos mais competição, e os políticos desempenhando um papel muito maior. Para as empresas, isso demandará entender muito mais sobre política do que antes." A nova ordem mundial, argumenta, será marcada por muitas regiões econômicas. "Creio que há um bloco econômico da Europa, outro com EUA, Canadá e México.

E outro na Ásia. Na verdade, há três blocos na Ásia: um com Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Austrália e EUA. Outro com a China e os países que comercializam muito com ela.

E há um país estranho, que é a Índia.

Não sabemos exatamente o que está fazendo, mas quer negociar com todos os outros", diz.

Ele acrescenta a esse cenário elementos que podem surpreender, como o Brics, e países que se colocarão como friendshoring (fornecedores parceiros), como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e parte da América do Sul. E alerta: as cadeias de valor serão

cada vez mais influenciadas pela política.

A seguir, trechos da entrevista: Valor: O senhor participou recentemente de um evento cujo título era: O fim da globalização. Estamos diante dele?

Carlos Cordón: A resposta é "sim". Se olharmos para o comércio global de bens, vemos que, há anos, ele vem caindo. Não é o caso do comércio global de serviços.

Mas o de mercadorias está diminuindo.

E não é por causa da covid-19, como se dizia. É porque as empresas não estão querendo mais comprar de um lugar para vender em outro. Lembro que uma empresa de alimentos contava que costumava comprar alguns itens na Malásia para vender no Peru, mas não fará mais. Há várias razões por trás desse fim: a primeira é do ponto de vista geopolítico. Há praticamente uma guerra comercial entre EUA e China. Vemos alguns políticos agindo de determinada forma, como no caso do governo de [Joe] Biden, outros países tomando medidas semelhantes para alimentos, sob o argumento de segurança alimentar, e assim por diante. E todos estão tentando repatriar grande parte das cadeias de abastecimento. A segunda é que interrupções que vimos criaram a ideia de que não existe uma situação tão confiável como antes, e que o fornecedor pode não ser tão confiável.

E, já que não temos certeza se vamos receber, faz sentido comprar de tão longe? Talvez não. O terceiro ponto é que os salários na China, nos últimos dez anos, multiplicaram-se por dois. Então, como empresa, comprar coisas da China há dez anos era muito barato.

Agora não é tanto quanto costumava.

Sempre esclareço que o fim da globalização ocorre para muitos produtos, mas não para todos.

Na Suíça temos o maior consumo de chocolate per capita do mundo, mas nunca cultivaremos cacau por questões climatológicas.

Será preciso, então, importar cacau.

Esse comércio continuará a existir, mas muitos outros

que cresceram dramaticamente estão diminuindo. Empresas como Maersk ou outras transportadoras sempre mencionam o efeito multiplicador.

O que é isso? Antes, se o **PIB** mundial crescesse 3%, o comércio global cresceria 6%. O efeito multiplicador, portanto, era 2. No final de 2008, em 2009 e em 2010 esse multiplicador passou para 1.

Hoje é basicamente negativo. Faz sentido transportar os produtos por tanto tempo para tão longe?

Valor: As causas da desglobalização são econômicas ou políticas?

Cordón: Eu diria que ambos. Políticas, se pensarmos na razão pela qual, por exemplo, os EUA estão tentando bloquear o comércio com a China. São razões políticas, mas também econômicas, pois eles querem manter a liderança tecnológica. O governo Biden, um pouco ingenuamente, aprovou no ano passado o Chips and Science Act, que proíbe as empresas americanas de enviar para a China tecnologia empregada na fabricação de microchip. Isso significa que os EUA acreditam terem a liderança dessa tecnologia, o que não é o caso.

A empresa alemã ASML, que faz máquinas para fabricar os microchips, tem plantas na Califórnia, na Malásia. O governo Biden pressionou o governo alemão para bloqueasse algumas das exportações de ASML para a China. Outras razões econômicas têm a ver com a possibilidade de alguns países tentarem fazer o resto do mundo de refém. Se a China pensar: "Temos terras raras, item necessário para a produção de microchips, e agora vamos limitar a exportação deles".

Valor: As causas que levaram à globalização não existem mais?

Cordón: Com certeza, não. É interessante porque, durante muitas décadas, a crença era que, se todos os países comercializassem entre si, ficariam mais próximos. E, portanto, seria mais difícil travarem uma guerra. A ideia era: mais integração econômica, menos conflito.

Essa realidade não existe mais.

Acho que nas forças que levaram à globalização havia intenções muito boas, mas que não estão mais aí.

E esse é um aprendizado doloroso.

Valor: Estamos diante de uma nova ordem mundial?

Cordón: Sim. Estamos perante uma nova ordem

mundial em que teremos muitas regiões econômicas.

Veremos mais barreiras comerciais e mais blocos econômicos.

Creio que há um bloco econômico da Europa, outro com EUA, Canadá e México. E outro na Ásia.

Na verdade, há três blocos na Ásia: um com Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Austrália e EUA. Outro com a China e os países que comercializam muito com ela. E há um país estranho, que é a Índia. Não sabemos exatamente o que está fazendo, mas quer negociar com todos os outros. Um desenvolvimento mais surpreendente poderia ser com o Brics e o Brics estendido. Penso que nessa nova ordem mundial serão regiões diferentes, acordos multilaterais diferentes. E há países que se colocam como friendshoring, como é o caso da Arábia Saudita, se pondo como um país amigo dos EUA, da China, de todos. Veremos muitos países no Oriente Médio assim. Parte da América do Sul também tentará ter um papel nisso. Acho que o Brasil tem chances, faz parte do Brics, pode negociar com países diferentes, está relativamente próximo da Europa e dos EUA. Mas creio que investidores ficarão muito preocupados com a estabilidade desses países. E o Brasil, pode ter tido altos e baixos, [governos de] esquerda e direita, mas é estável do ponto de vista dos negócios.

Valor: Qual a principal diferença entre essa nova ordem e a antiga?

Cordón: É uma pergunta muito boa. Se pensarmos na velha ordem, ela era em grande parte liderada pelos países ocidentais. Eram eles quem lideravam a economia, a tecnologia, e estavam tentando fazer com que todos praticassem mais comércio livre. Era algo como: "Somos países desenvolvidos, ajudamos os países em desenvolvimento a se tornarem mais parecidos conosco, ditamos as regras do jogo". Agora acho que vemos uma nova ordem com contrapontos como o Brics, uma potência como a China. Há uma definição diferente do que é poder econômico. E creio que veremos blocos diferentes. O que era chamado de sociedade ocidental não será seguido pelos outros.

Penso que não veremos mais uma liderança clara desses países.

Do ponto de vista econômico, isso significa muitas barreiras. Veremos mais competição, e os políticos desempenhando um papel muito maior. Para as empresas, isso demandará entender muito mais sobre política que antes. Já vejo algumas empresas tendo especialistas em geopolítica, aconselhando- as sobre mudanças em determinadas cadeias. A China já não é uma fábrica para o mundo inteiro.

O mesmo sobre a ideia de a Apple desenvolver o design na Califórnia e fazer a montagem na China.

Veremos montagem de aparelhos Apple em diferentes lugares.

Valor: A diversificação das cadeias produtivas, em parte impulsionada pelo conflito entre EUA e China, pode oferecer oportunidades para quais economias e setores?

Cordón: A questão não é muito sobre qual setor, mas mais sobre quais subsetores. Deixe-me dar um exemplo. Quando pensamos em comida, vemos que muitas das cadeias de abastecimento globais são globais por causa da natureza.

Não se pode cultivar mamão na Suíça, por exemplo. Porém, quando falamos sobre produtos lácteos, essas produções tendem a ser mais locais. Alguns produtos podem ser produzidos mais localmente, mas, se esse país tiver um déficit devido à climatologia, não há outra escolha senão importá-los. Países que têm boa climatologia, como o Brasil, têm grande oportunidade [adiante]. Mas não creio que a Finlândia, por exemplo, tenha. Empresas que foram para a China produzir terão de repensar [sua estratégia], especialmente as de mecânica, eletrônicos, linhas de montagem.

Pense na Apple ou baterias para carros elétricos. Haverá muita oportunidade para eles. Outros setores ainda estão engatinhando e precisam de muita diversificação.

No caso da indústria automobilística, ela é muito local, regional. Os carros comprados no Brasil, em geral, são fabricados no Brasil. Os carros vendidos na América do Norte são fabricados lá, muitos deles feitos no México para os EUA.

No setor de maquinários, depende.

Se for um tipo de maquinário muito sofisticado, de alto valor agregado, a produção tende a ser global. Se não tiver tanto valor agregado, será regional. Um setor que não deve se regionalizar é o da indústria aeronáutica.

Valor: O sr. acredita que as economias sul-americanas poderiam ter um papel relevante nesse movimento crescente de reorganização das cadeias de valor?

Cordón: Acho que sim. Provavelmente não significativo para a economia mundial, mas para a economia de um país. O que ocorre se, de repente, todos os produtos vendidos na Suíça e fabricados na China, passarem a ser fabricados na Suíça?

Para a Suíça é um grande impacto, mas para a China é muito pequeno. Não acrescentará muito à economia global, mas contribuirá para a transição para essa nova ordem mundial. Um país que certamente está colhendo muitos benefícios é o México. Acredito que o resto do mundo ainda demorará um pouco para acordar e ver que pode lucrar com isso. Dependerá de empresários da América do Sul buscarem oportunidades lá fora.

Isso depende muito dos empresários e também dos políticos.

Valor: Há algum ponto não mencionado que considera relevante?

Cordón: Uma coisa que mencionamos lateralmente, mas terá um papel maior no futuro é a sustentabilidade.

E acredito que existe um lado positivo nisso. Fiquei surpreso quando vi alguns grandes agricultores do Brasil na vanguarda [disso], de como fazer diferente e tornar a produção mais sustentável.

Isso poderia ser uma oportunidade para o Brasil, que pode ser um beneficiário disso.

"O que ocorre se todos os produtos vendidos na Suíça e fabricados na China passem a ser fabricados na Suíça? Para a Suíça é um grande impacto, mas para a China é pequeno"

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230911/>

# China e Japão forçam correção no câmbio e dólar cai a R\$4,93

**Arthur Cagliari, Matheus Prado e Gabriel Roca De São Paulo**

O rali global do dólar sofreu uma pausa forçada ontem e deu espaço para um dia de valorização do real e de queda firme dos juros futuros. Os sinais do Japão sobre uma possível elevação nas taxas de juros e a intervenção do Banco do Povo da China (PBoC) no mercado local de câmbio forçaram uma correção do dólar, o que gerou um movimento favorável a ativos de risco. Dados positivos de crédito na China também estiveram no foco dos agentes e ajudaram a sustentar commodities metálicas, o que deu apoio extra ao Ibovespa.

O principal índice da bolsa, assim, fechou em alta de 1,36%, aos 116.883 pontos, enquanto o dólar recuou 1,02% e encerrou o dia cotado a R\$ 4,9312. A apreciação do câmbio favoreceu, ainda, uma retirada de prêmios dos juros futuros, enquanto os agentes aguardam o IPCA de agosto. A taxa do DI para janeiro de 2025 caiu de 10,545% para 10,495%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 passou de 10,96% para 10,91%.

O viés positivo para a sessão veio do exterior antes mesmo da abertura dos negócios. A sinalização do presidente do Banco do Japão (BoJ), Kazuo Ueda, de que os juros japoneses podem sair do território negativo se somou aos dados chineses de crédito mais fortes e a uma nova ação do PBoC para tentar impedir uma desvalorização do yuan.

Geralmente, o PBoC "fixa" o câmbio em um determinado nível antes da abertura dos mercados e, então, a taxa de câmbio pode oscilar 2% para cima ou para baixo. Na tentativa de impedir nova depreciação cambial, o banco central chinês fixou o yuan em um nível bem mais apreciado que o esperado pelos agentes na segunda-feira.

"Ainda que eles tenham um modelo que não seja divulgado oficialmente, o investidor busca calculá-lo, e a divergência do que foi feito pelo banco central chinês em relação ao que o mercado esperava hoje [ontem] foi recorde, mostrando mais força do PBoC para segurar a depreciação da moeda", nota o gestor de moedas do Opportunity Total, Valter Unterberger.

Embora o mercado tenha embarcado em um dia

bastante positivo após a ação do PBoC e os dados de crédito mais fortes na China, o gestor ressalta que o cenário ainda é bastante incerto. "Não se sabe se vai haver estímulos de fato na China, porque não há, até agora, uma medida grande para estimular a economia como um todo", diz.

O mercado, porém, aproveitou os primeiros sinais de recuperação na China, mesmo incipientes, para embarcar em um rali. Na bolsa, as ações ordinárias da Vale terminaram o dia com ganhos de 1,44%, na esteira da alta do minério de ferro.

Na visão do analista de commodities Patrick Conrad, da Western Asset, o cenário tem se mostrado mais construtivo para o setor de energia. "Temos duas Chinas nesse momento. O segmento de consumo reagiu muito melhor à reabertura e é parte da visão otimista para o petróleo, mas os setores de infraestrutura e construção seguem patinando e a visibilidade é baixa", diz Conrad.

O analista, porém, enxerga possíveis gatilhos microeconômicos para uma recuperação das ações da Vale. "O minério de ferro reagiu positivamente ao dado de crédito na China, mas o mercado está cuidadoso com o setor. Reage bem às notícias, mas vai devolvendo ao analisar sua capacidade de penetração.

Além disso, existe um descolamento entre a commodity e a Vale, já que a empresa apresentou problemas de produção e custos. Se isso melhorar, pode ajudar", aponta.

Há, ainda, algum otimismo remanescente em relação a um desempenho positivo nos mercados domésticos à frente. O estrategista chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, Drausio Giacomelli, diz preferir posições em juros em vez de câmbio no momento, ao acreditar que o crescimento do Brasil é mais vulnerável que a inflação.

O banco alemão, assim, abriu posição comprada em NTN-F com vencimento em janeiro de 2029.

Já sócio e diretor de investimentos da Legacy Capital, Felipe Guerra, acredita que, em três meses, a atratividade do real deve ser menor do que agora diante de uma redução do diferencial de juros. Por

isso, em "call" mensal da gestora, Guerra diz gostar de "comprar dólar contra posições de renda fixa como uma forma de hedge". A Legacy, assim, tem posições aplicadas em juros prefixados e em NTN-Bs, mas usa o dólar como proteção.

Além disso, Guerra afirma ver espaço para o peso mexicano se valorizar contra o real. "As duas moedas têm um carregamento [do diferencial de juros] muito próximo", diz. "Mas se o Banxico [banco central mexicano] ficar parado até o fim do ano e o nosso BC continuar no ritmo de corte de juros que está adotando, as taxas de juros dos dois países vão se igualar. E toda vez que a Selic fica abaixo dos juros do México vemos uma queda do real", aponta.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/editions>